



EDITAL - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024 EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 009/2024

Aplicação Lei 14.133/2021

O Município de Anitápolis, pessoa jurídica de direito público interno, através da Prefeitura Municipal de Anitápolis, inscrito no CNPJ sob o nº 82.892.332/0001-92, representado neste ato pela Prefeita Municipal, Sra. Solange Back, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, visando à contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de apoio consultivo na área de captação e gestão de transferências especiais, convênios, propostas, planos de trabalho, acompanhamento e apoio na prestação de contas junto aos órgãos do governo Federal: Assessoria na interpretação, orientação e aplicação dos arcabouços legais aplicados aos convênios, transferências especiais e emendas parlamentares impositivas. Assessoria e orientação orçamentária aplicada aos convênios, instrumentos congêneres e sua execução, para a Secretaria Municipal de Administração, do município de Anitápolis. A presente licitação será processada e julgada consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei n.º 14.133 de 01 de abril de 2021 pela Lei Complementar nº 123, de 14.12.2006, promovida pela lei complementar nº 147/2014, decretos municipais nº 012/2024, e do Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, que regulamenta a licitação na modalidade de pregão na forma eletrônica, suas alterações e demais legislações aplicáveis e ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

CADASTRAMENTO, ABERTURA E INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇO

Início de recebimento das propostas: 04 de abril de 2024, a partir das 09:00hs

Cadastro de proposta no site: até as 08:50 do dia 24 de abril de 2024

Início da Disputa de Preços: 24 de abril de 2024, às 09:00 min.

Local de cadastro de propostas iniciais e Disputa: Bolsa Nacional de Compras – www.bnc.org.br (acesso identificado)

I – Objeto e do modo de disputa

1.1 O presente pregão tem como objeto Registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de material de limpeza e higiene e produtos de copa e cozinha, para as diversas secretarias da Prefeitura de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde.

1.2 O processo, em face da busca pela melhor proposta ao ente público, seguirá, no que couber pelas peculiaridades do objeto, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia da segregação das funções, da motivação, da vinculação ao edital e seus anexos, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.



1.3 O objeto e serviço comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Edital, por meio das especificações reconhecidas e usuais do mercado, tudo conforme o estudo técnico preliminar presente na fase interna deste presente processo e disponível aos interessados.

1.4 A formalização da presente demanda, com a justificativa de contratação através do Pregão Eletrônico, foi aferida pelo órgão responsável pelo planejamento conforme fluxo interno, tendo como o objetivo a racionalização das contratações, tendo como objetivo a racionalização das contratações, garantindo o alinhamento com o planejamento no que toca à elaboração das respectivas leis orçamentárias.

1.5 A licitação será por menor Preço por Lote.

1.6 O critério de julgamento adotado será o menor preço por lote observada as exigências contidas neste Edital, Termo de referência e seus anexos quanto as especificações do objeto, fixando-se procedimentos de disputas autônomas de cada item em diferentes momentos do correr do procedimento licitatório.

II – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à **BOLSA Nacional de Compras**.

2.2 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

2.3 Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea pelo Município de Anitápolis/SC, ou que estejam cumprindo período de suspensão no âmbito da administração pública Municipal.

2.4 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à BOLSA NACIONAL DE COMPRAS, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para recebimento das propostas.

2.5 O cadastramento do Licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos exigidos pela plataforma:

a) Instrumento particular de mandato outorgando à corretora associada, por meio de seu operador devidamente credenciado junto a bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme no modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.

b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação prevista no Edital, conforme modelo fornecido pela **Bolsa Nacional de Compras**.



2.6 O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa Nacional de Compras, provedora do sistema eletrônico, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia, em conformidade com o regulamento operacional da BNC – Bolsa Nacional de Compras.

2.7 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um proponente, em cada Item, neste Pregão realizado pelo município de Anitápolis /SC sob pena de exclusão sumária das licitantes representadas.

III – Participação no Pregão

3.1 Poderão participar deste pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento Regular no Bolsa Nacional de Compras – BNC.

3.2 Será vedada a participação de empresas:

- a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) enquadradas nas disposições no artigo nº 14 da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores;
- d) que estejam sob falência, concurso de credores, em processo de dissolução ou liquidação, ou ainda;
- e) empresas em forma de consórcio ou grupos de empresas.

3.3 Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

3.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

3.3.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.3.4 Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

3.3.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente;



3.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

3.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, e para microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. De 07 de agosto de 2014.

3.5.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que está presente alguma restrição.

3.5.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

3.5.3 A ausência da apresentação da documentação de regularidade fiscal acarretará em sua restrição, e tal irregularidade poderá ser verificada, pelo pregoeiro na sessão por meio de consultas a sites oficiais.

3.5.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do Artigo 43 da Lei complementar nº 147/2014, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato/ata, ou revogar a licitação.

3.5.5 O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à Habilitação Jurídica.

3.6 Os licitantes deverão utilizar senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e, subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação solicitados no Edital, por meio do sistema eletrônico da Bolsa Nacional de Compras – BNC, observado data e horário limite estabelecido.

3.7 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão, ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.8 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional poderá ser esclarecida através de uma empresa associada à Bolsa Nacional de Compras – BNC.



3.9 Declaração que o objeto é prestado por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos previstas em lei para pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social e que atendem as regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

3.10 A declaração falsa relativa ao cumprimento que qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

IV – Da apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.3 As Micros e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

V – Preenchimento da Proposta

5.1 – O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico e conforme o modelo (ANEXO II), dos seguintes campos:

5.1.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Marca e Modelo;
- c) Fabricante;



- d) Descrição detalhada do objeto contidas as especificações do Termo de Referência;
- e) Vedação de identificação da empresa antes da fase de habilitação.

- O licitante terá que inserir na pasta de documentos a proposta inicial por escrito, timbrada com os dados da empresa e assinada. (OBS: O pregoeiro só terá acesso a este documento na fase de habilitação o que não causaria identificação previa da empresa/licitante).

5.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações à especificação do Termo de Referência:

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que indicam direta ou indiretamente no fornecimento de bens.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances serão exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

VI – Abertura da sessão pública, classificação das propostas e formulação de lances

6.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3 Para a preservação da competitividade do certame, em respeito ao formalismo moderado, a pedido da empresa ou de ofício, poderá o pregoeiro promover diligências corretivas verificando erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica nos termos do art. 17, VI do Decreto 10.024/19 e do artigo 12, III lei 14.133 de 2021.

6.3.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.3.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes, atribuindo-se oportunidade oportuna de recorrer ao desclassificado, na forma da lei.



6.3.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre pregoeiro e os licitantes.

6.6 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6.1 O lance deverá ser ofertado pelo valor do Item. Ou seja, menor preço/valor do item.

6.7 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas no Edital.

6.8 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 02 (dois) minutos.

MODO DE DISPUTA ABERTO

6.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **02 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública.

6.12 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois (2) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.14 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.



6.15 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte quatro (24) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 2015.

6.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.22 A melhor proposta classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7623 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta.

6.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.



6.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições deferentes das previstas no Edital.

6.28.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance após a negociação realizada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessário à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados no prazo de 02 (duas) horas.

6.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7 DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e a compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no §9º do art. 26 Decreto n.º 10.024/2019.

7.2 Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdãos nº 1455/2018 e 601/2020), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

7.2.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites, mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parte ou à totalidade da remuneração.

7.2.2 A presunção de inexequibilidade é relativa, nos termos do princípio do formalismo moderado, citado na Súmula 262 do TCU e Lei 14.133/2021.

7.2.3 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos e formação de preços não caracteriza motivo suficiente a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.



7.2.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.2.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência para efeito de comprovação de sua exequibilidade, podendo ser adotado, dentre outros, os seguintes procedimentos:

- a) questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;
- b) verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho;
- c) levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho;
- d) consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;
- e) pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas;
- f) verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração ou com a iniciativa privada;
- g) pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;
- h) verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;
- i) levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa;
- j) estudos setoriais;
- k) consultas às Fazendas Federal, Distrital, Estadual ou Municipal;
- l) análise de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços;

7.3. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada, mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.4. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.4.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.3. Nos termos dos Acórdãos 966/2022, 1211/2021 e 2443/2021 poderá o pregoeiro, quando suficiente e necessário para verificação da exequibilidade de uma proposta, promover, por diligência ou a pedido do concorrente, a admissão da juntada



de documentos que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de negociação e aceitação da proposta, o Pregoeiro e sua equipe de apoio verificarão se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis).

8.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade/consultar_requerido.php).

8.1.3. Lista de Inidôneos e Inabilitados, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS&https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INABILITADO>)

8.1.4 Para consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas acima, do subitem anterior, pela consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação para promoção de explicações e defesas técnicas.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de



2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.5. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.9. Habilitação Jurídica:

8.9.1. no caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.9.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.9.3. No caso de sociedade empresária unipessoal ou assemelhada por constituição: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores, ou documento que atenda à mesma finalidade.

8.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.9.6. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;



8.9.7. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.9.8. Declaração Unificada devidamente preenchida de acordo com o Anexo III deste Edital;

8.9.9. Declaração de tratamento diferenciado da Lei 123/2006 devidamente preenchida de acordo com o Anexo IV deste Edital;

8.9.10. Cédula de Identidade – RG e CPF ou Carteira Nacional de Habilitação – CNH, de todas as pessoas que compõem o quadro societário;

8.10. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.10.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.

8.10.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente, ou outra equivalente na forma da lei (caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei);

8.10.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal e ou Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda ou outro órgão equivalente na forma da lei, do domicílio ou sede do proponente;

8.10.5. Prova de regularidade com Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei (www.caixa.gov.br);

8.10.6. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, (www.tst.jus.br/certidao);

8.10.7. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

8.10.7.1. Tendo em conta a permissão de subcontratação presente no Art. 122 da Lei 14.133 de 2021, uma vez ocorrida a referida hipótese,



exigir-se-á da subcontratada os quesitos de regularidade presentes neste item.

8.11. Qualificação econômico-financeira:

8.11.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

8.11.1.1. Em caso de empresa em recuperação judicial, para fins de qualificação, deverá ser apresentada certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que esteja apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório, nos termos da lei e em preservação da ampla concorrência, sob pena de inabilitação.

8.12 Qualificação Técnica:

a) Apresentar Prova de “CAPACIDADE TÉCNICA” constituída por no mínimo 01 (um) atestado de entidade pública ou privada para a qual a empresa comprove ter fornecido produtos com qualidade que guarde semelhanças com o objeto licitado, **com firma devidamente reconhecida**, caso não tenha o reconhecimento da firma, deve ser acompanhado de cópias dos respectivos contratos e/ou notas fiscais.

8.12.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características do objeto ora licitado.

8.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como MEI, microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de



classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos para tanto, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada conforme solicitado pelo Pregoeiro durante a sessão no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. A proposta deve atender ao objetivo do procedimento licitatório, tendo como referência o MODELO presente no Anexo II deste Edital.

9.1.2. Ser redigida em língua portuguesa digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal, pode utilizar assinatura digital.

9.1.3. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.1.4. Caso a empresa não possua conta bancária a mesma deverá declarar em sua proposta que emitirá Boleto Bancário de acordo com cada Nota fiscal e cada pedido emitido pela Contratante.

9.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer de toda Contratação e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência.

9.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º, II da Lei nº 14.133/21).



9.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no 15 (quinze) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso, a saber, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação.

10.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante, quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:



11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na proposta.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

15. DO TERMO DE COMPROMISSO – ATA DE REGISTRO, CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE.

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Ata De Registro, Contrato ou Nota de Empenho Conforme Prevê o Edital.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá



encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico. Podendo se utilizar da assinatura digital.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota de Empenho está substituindo o contrato.

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na Legislação aplicável a este, reconhecendo-se os direitos e os deveres reservados às partes, conforme o estabelecido.

15.4. A ata de Registro de preço resultante deste processo de contratação terá vigência de 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado por igual período, desde que ainda mais vantajoso o preço. De acordo com art. 117, §1º do decreto 012/2024 Municipal.

15.5. Sempre se oportunizará prazo para manifestação defensiva, em face da observância de alguma das ocorrências identificadas nos termos do item 16.5 deste Edital, fixando-se o prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação, com prazo igual de resposta.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante, durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.



16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. Conceder-se-á, a alteração contratual para manutenção da exequibilidade do contrato, a depender das regras fixadas para o devido requerimento de reajustamento em sentido estrito, de repactuação e de reequilíbrio econômico-financeiro.

16.2. A ausência dos pedidos nos prazos e segundo as formalidades legais acarretará em preclusão administrativa do requerimento e em possível decadência do pleito de reequilíbrio com ou sem efeitos retroativos.

16.2.1. O reequilíbrio econômico-financeiro, por fato imprevisível ou previsível, mas de consequência insuportáveis, será dependente do seguimento exato dos lindes firmados pela contratada privada, nos termos do exposto no Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 Os critérios de recebimento, aceitação e fiscalização estão previstos no termo de referência e Minuta do Contrato de Licitação.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e Minuta de Ata/Contrato.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos após entrega e liquidação da Nota Fiscal, devidamente atestada e aprovada pelos Departamentos/Setores requerente, observado o cumprimento integral das disposições contidas do objeto da licitação. O Pagamento ocorrerá através de Boleto Bancário ou depósito em conta bancária do contratado.

19.1.1 No ato da entrega do bem ou serviço, a CONTRATADA deverá apresentar a Certidão Negativa de Débito: FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, TRABALHISTA e Certificado de Regularidade de Situação do FGTS, com prazo vigente, afim de comprovar sua idoneidade.

19.2. Caso ocorra a qualquer tempo, a não aceitação do objeto e a não atestação de idoneidade da proponente, os pagamentos serão descontinuados e reiniciados após a correção necessária;

19.3. O Município atestará através do responsável pelo setor solicitante a aceitação do objeto ou serviços a ser contratado, de forma física ou assinatura digital no prazo previsto, após a entrega das mesmas.

19.3.1 A CONTRATANTE disporá de 03 (três) dias para efetuar o atesto, ou rejeitar os documentos de cobrança por erros ou incorreções em seu preenchimento;



19.4. Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da constituição da República, o Município irá aplicar o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 e também a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme disposto no Decreto Municipal 40/2023 que adota as leis e Instrução acima mencionadas no âmbito das contratações municipais.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Pela inexecução total ou parcial da ata ou do Contrato, o Município de Anitápolis poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Licitante Contratada as seguintes sanções:

Advertência Escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas no instrumento contratual ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos ao Município, desde que não caiba a aplicação mais graves.

A advertência Escrita será enviada através de endereço eletrônico (e-mail) que o licitante declarou como oficial na Declaração Unificada deste Processo e é de total responsabilidade do detentor, o acompanhamento da mesma por meio do seu e-mail e também do portal transparência do município de Anitápolis. Esta Administração não efetuara ligações telefônicas para confirmação de recebimento, estando assim toda responsabilidade por datas e prazos por parte da licitante;

Multas: a adjudicatária estará sujeita às penalidades abaixo estipuladas:

a) Caberá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da nota de empenho na recusa da adjudicatária em retirá-la e/ou assinar o contrato, ficando a critério da Administração a aplicação concomitante da pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a Administração pelo período de até 05 (cinco) anos.

b) Caso haja alguma irregularidade relativa à qualidade física dos objetos, a administração definirá, a seu critério, o índice de gravidade e o cálculo da multa a ser atribuído à irregularidade encontrada.

c) 0,03% (três centésimos por cento) por dia sobre o valor dos objetos entregues com atraso, decorridos 30 (trinta) dias de atraso o Município poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total.

d) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido para ocorrências de atrasos, em qualquer outro prazo previsto no instrumento contratual, não abrangido pelas demais alíneas.

e) 30% (trinta por cento) sobre o valor do item, pelo não cumprimento de quaisquer condições de garantias estabelecido no contrato.

f) 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução contratual com entrega superior a 50% (cinquenta por cento) do total do contrato.



g) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de rescisão contratual por inexecução do contrato – caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais – entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, ou os produtos forem entregues fora das especificações constantes no Edital, seus anexos e na proposta da Contratada.

I. Suspensão Temporária: de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

II. Declaração de Inidoneidade: para licitar ou contratar com a Administração pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorridos o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

20.2 Sem prejuízo da aplicação de outras penalidades cabíveis, a proponente que deixar de entregar documentação exigida na licitação, ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta ou lance, recusar-se a assinar o Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da convocação no Diário Oficial do Município, faltar ou fraudar na execução das obrigações assumidas para execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, poderá ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração bem como a exclusão do cadastro de fornecedores da Prefeitura de Anitápolis/SC pelo prazo de até 05 (cinco) anos, além da multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta.

a) A inabilitação posterior da proponente classificada, implicará na aplicação de multa correspondente a 2% (dois por cento) do valor total da proposta, sem embargo da imposição das demais sanções cabíveis.

b) As proponentes ficam sujeitas às penas previstas no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021.

c) As penalidades são independentes entre si e a aplicação de uma não exclui a de outras, sendo descontadas do pagamento devido ou cobradas administrativamente ou judicialmente.

d) As multas poderão ser descontadas do pagamento devido ou por intermédio da retenção de créditos decorrentes do contrato até os limites do valor apurado.

20.3 O valor referente a qualquer multa aplicada a proponente contratada, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, deverá ser depositado junto ao Município de Anitápolis através de DAM – Documento de Arrecadação Municipal, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a Contratada obrigada a comprovar o recolhimento, mediante a apresentação da cópia do referido documento.



a) O prazo para pagamento das multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da empresa apenada. À critério da Administração e sendo possível, o valor devido será descontado da importância que a empresa tenha a receber do Município de Anitápolis.

Não havendo pagamento, o valor será inscrito como dívida ativa, sujeitando a devedora a processo executivo.

b) Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 164 a 168 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos ali fixados.

c) Recursos contra decisões de aplicação de penalidade devem ser dirigidos a Senhora Prefeita Municipal;

d) Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolada.

20.4 As multas de caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a empresa contratada de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de l

20.5 A importância correspondente à multa deverá ser recolhida à CONTRATANTE, em 48 (quarenta e oito) horas ou o valor será descontado das faturas a serem pagas.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica diretamente na plataforma digital <https://www.bnc.org.br>.

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.



21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico ou Contrato quando couber.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação, em conformidade com o Princípio do Formalismo Moderado.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico plataforma de Pregão Eletrônico www.bnc.org.br ou ainda no site do Município:



<https://anitapolis.sc.gov.br/>, também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Gonçalves Junior, nº 260, Centro, Anitápolis, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 11:30 e 13:30 às 17:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Apresentação de Proposta

ANEXO III – Modelo de Declaração Unificada

ANEXO IV – Declaração de Tratamento Diferenciado Lei 123/2006

ANEXO V – Minuta Da Ata de Registro de Preço

ANEXO VI – Termo de adesão a Plata Forma

ANEXO VII – Forma de pagamento

ANEXO VIII – Solicitação de Cadastro na BNC

ANEXO IX – Declaração de elaboração da proposta

ANEXO X – Modelo de Credenciamento

Anitápolis/SC, 03 de abril de 2024

Solange Back
Prefeita Municipal

Linkom William Hanck
Secretário Municipal de Saúde



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1 1.1 O presente pregão tem como objeto Registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de material de limpeza e higiene e produtos de copa e cozinha, para as diversas secretarias da Prefeitura de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde.

1.2 O processo, em face da busca pela melhor proposta ao ente público, seguirá, no que couber pelas peculiaridades do objeto, os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia da segregação da funções, da motivação, da vinculação ao edital e seus anexos, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável.

1.3 O objeto e serviço comum, ou seja, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos neste Edital, por meio das especificações reconhecidas e usuais do mercado, tudo conforme o estudo técnico preliminar presente na fase interna deste presente processo e disponível aos interessados.

1.4 A formalização da presente demanda, com a justificativa de contratação através do Pregão Eletrônico, foi aferida pelo órgão responsável pelo planejamento conforme fluxo interno, tendo como o objetivo a racionalização das contratações, tendo como objetivo a racionalização das contratações, garantindo o alinhamento com o planejamento no que toca à elaboração das respectivas leis orçamentárias.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

Justifica-se a realização de licitação para aquisição parcelada de material de limpeza e higiene e produtos de copa e cozinha para as diversas Secretarias do Município e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis, para que as dependências das Secretarias Municipais, bem como as escolas e creches possam ser um ambiente limpo, higienizado e bem conservado.

Se tem como objetivo da contratação o ambiente de trabalho das secretarias e banheiros comunitários, escolas e Fundo Municipal de saúde com preservação e higiene de qualidade para os munícipes. Principalmente a unidade Básica de Saúde de Anitápolis, pois é um ambiente que necessita e tem padrões de limpeza regulamentados.



3. LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS/SERVIÇOS, PRAZOS E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os itens contratados deverão ser entregues no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento (AF) que será enviada por meio eletrônico, no local indicado pelo órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica, e deverá ser enviado o arquivo XML para o e-mail indicado na Autorização de Fornecimento, devendo o fornecedor ter conhecimento da área de entrega das secretarias do município e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis.

Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada órgão participante ocorrerão por conta do fornecedor, sob o qual ficará a total responsabilidade de realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os itens a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

O produto deverá ser entregue em embalagem original do fabricante, lacrada, devidamente identificado com a validade do produto, em perfeito estado de conservação, sem sinais de violação ou avaria.

O veículo para transporte deve estar limpo, sem odores indesejáveis, livre de vetores e pragas urbanas, dotado de cobertura e proteção lateral limpas, impermeáveis e íntegras. O veículo não deve transportar o produto junto com outras cargas que comprometam a sua qualidade higiênico-sanitária. O empilhamento das embalagens do produto, durante o transporte, deve ser realizado de forma a evitar danos, a fim de não comprometer sua qualidade.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo da secretaria que receberá, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização da secretaria responsável pelo recebimento, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor.

O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência.

DA GARANTIA E VALIDADE DO PRODUTO

Na eventual ausência de especificação da validade do produto, por se tratar de bens não duráveis, não haverá necessidade de prazo de garantia superior àquele de 90 dias contados a partir da efetiva entrega dos bens à administração, conforme previsto no art. 26, inciso I, do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e disposições conexas, salvo concessão de prazo maior pelo fornecedor, o qual estará vinculado à proposta realizada, sem exclusão da garantia legal. A prestação da garantia reger-se-á, de toda forma, pelas disposições do CDC e deverá igualmente ser prestada durante o período abarcada pela validade do produto, se possuir.

Todos os custos relacionados à execução da garantia ou troca dos bens correrão por conta exclusiva do fornecedor, incluídos aqueles relacionados ao transporte, à troca de peças/equipamentos, às horas técnicas e ao deslocamento de pessoal.



4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 4.1 Monitorar o considerando exposto no Termo de Referência;
- 4.2 Fornece apoio técnico e operacional e institucional e disponibilizar todo acervo documental e todas as informações necessárias à consecução dos objetivos de que trata este termo de Referência;
- 4.3 Acompanhar e Fiscalizar a execução do contrato, formalizado por meio de nota de empenho;
- 4.4 Fiscalizar os serviços prestados pela contratada, de acordo com a especificação que consta no Termo de referência, bem como atestar as notas fiscais;
- 4.5 Recusar, com devida justificativa, qualquer serviço realizado fora das especificações contidas no contrato e TR.
- 4.6 Efetuar pagamento correspondente à fatura emitida devidamente atestada.
- 4.7 Disponibilizar documentos necessários para elaboração de projetos e das Prestações de Contas.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1 Executar as atividades em conformidade com o descrito no presente Termo de Referência com os mais elevados padrões de competência, integridade profissional e ética.
- 5.2 Considerar as decisões ou sugestões do Município de Anitápolis, sempre que as mesmas contribuírem de maneira significativa na qualificação dos trabalhos e agilidade dos mesmos;
- 5.3 Fornece mão-de-obra profissional e qualificada e habilitada para execução do trabalho.
- 5.4 Arcar com as despesas de execução dos trabalhos externos próprios, como locação de veículo, combustível, equipamento eletrônicos e acessórios, dentre outras.
- 5.5 Reparar/substituir os produtos em não conformidade ou não aprovados, sem ônus para a contratante.
- 5.6 Assumir todas as despesas relativas a pessoal e quaisquer outras oriundas, derivadas ou conexas com o contrato, tais como: salários, encargos sociais e trabalhistas e eventual passivos, impostos, alimentação do seu pessoal, deslocamento de funcionários, equipamentos de proteção individual e coletivo, tributos, seguro, taxas de serviços, licenças em repartições públicas, registros, autenticações do contrato, etc., e ficando ainda, para todos os efeitos legais, declarada pela contratada a inexistência de qualquer vínculo empregatício entre seus empregados e/ou prepostos e a contratante;



5.7 Exercer rigoroso controle de qualidade sobre as informações apresentadas e atuar sempre dentro dos prazos estabelecidos.

5.8 Substituir os serviços sem caso de não cumprimento de acordo com a proposta apresentada e/ou inobservância as especificações exigidas.

5.9 Assinar o contrato no prazo de até 10 (dez) dias úteis da notificação por parte de Administração, sob pena de decair o direito à contratação e submeter-se às cominações da Lei.

5.10 Realizar a execução dos serviços de acordo com as especificações constantes no Termo de Referência, acompanhado da NF entregues no local e prazo estipulados na ordem de serviço;

5.11 Prestar os serviços de acordo com o a necessidade do Município de Anitápolis, cumprindo com os prazos exigidos pelas apresentações do contado dos convênios.

5.12 Assumir a responsabilidade pela prestação do serviço descrito nos termos deste Edital e seus anexos, bem como por quaisquer danos causados a este Município ou a terceiros.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

Poderão participar desta licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País – inclusive consórcios de empresas, desde que atendidas as disposições do art. 15 da Lei Federal n. 14.133/2021, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas previstas nos documentos deste processo licitatório e nos regimentos e normativas existentes no Brasil sobre a área de fornecimento.

A contratação pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e execução do contrato a ser formulado e os requisitos para a contratação constam também do próprio descritivo dos itens a serem licitados e nas folhas de dados presentes nos autos deste processo licitatório e que também estarão anexas ao edital.

É necessário manter as condições de habilitação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Município de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis.

Para aqueles que contiverem tal especificação em suas folhas de dados, será necessário que o licitante vencedor apresente a notificação ou o registro (conforme descrito) vigente junto ao Ministério da Saúde/ANVISA, nos termos da RDC n. 59/2010.

6. ESTIMATIVA DE VALOR

6.1 O valor máximo admitido para execução do objeto constante neste Termo de Referência é o previsto na tabela abaixo:

**LOTE 01: PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA (MUNICIPIO)**

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Valor máximo unitário	Valor máximo Total
1	Água Sanitária 5 L	Galão 5 litros	340	R\$ 19,88	R\$ 6.759,20
2	Álcool Gel 70%	Unidade 500 ml	1320	R\$ 9,96	R\$ 13.147,20
3	Álcool Líquido 70%	Unidade 1 litro	1800	R\$ 8,75	R\$ 15.750,00
4	Amaciante de Roupas	Galão 5 litros	120	R\$ 20,50	R\$ 2.460,00
5	Alvejante sem cloro	Galão 5 litros	285	R\$ 22,00	R\$ 6.270,00
6	Balde Plástico 10 L	Unidade	80	R\$ 14,93	R\$ 1.194,40
7	Balde Plástico 15 L	Unidade	82	R\$ 18,46	R\$ 1.513,72
8	Cabo extensor	Unidade	44	R\$ 66,69	R\$ 2.934,36
9	Cloro	Galão 5 litros	235	R\$ 20,93	R\$ 4.918,55
10	Cera Líquida	Unidade 750 ml	95	R\$ 15,03	R\$ 1.427,85
11	Saponáceo Cremoso 300ml	Unidade 300 ml	190	R\$ 6,58	R\$ 1.250,20
12	Desinfetante uso geral	Galão 5 litros	680	R\$ 19,56	R\$ 13.300,80
13	Desentupidor para vaso Sani.	Unidade	19	R\$ 24,26	R\$ 460,94
14	Limpador desengordurante p/ cozinha	Unidade 500 ml	240	R\$ 10,30	R\$ 2.472,00
15	Detergente líquido p/ louça	Galão 5 litros	275	R\$ 23,86	R\$ 6.561,50
16	Detergente Clorado	Galão 5 litros	340	R\$ 34,63	R\$ 11.774,20
17	Desodorizador ambiental	Unidade 360 ml	140	R\$ 13,61	R\$ 1.905,40
18	Desinfetante p/ hortifrutis	Unidade 300 ml	315	R\$ 11,68	R\$ 3.679,20
19	Difusor de essências	Unidade 240 ml	420	R\$ 23,85	R\$ 10.017,00
20	Escova de limpeza	Unidade	95	R\$ 18,37	R\$ 1.745,15
21	Espanador	Unidade	55	R\$ 32,82	R\$ 1.805,10
22	Flanela p/ Limpeza	Unidade	110	R\$ 4,53	R\$ 498,30
23	Frasco p/ Sabo. Liq.	Unidade	380	R\$ 10,63	R\$ 4.039,40
24	Kit Mop giratório	Kit	247	R\$ 125,00	R\$ 30.875,00
25	Limpa Forno	Unidade 250 ml	31	R\$ 15,66	R\$ 485,46
26	Lenço Umedecido	Pacote 100 unidades	156	R\$ 14,55	R\$ 2.269,80
27	Luva de Borracha	Embalagem com 1 par	580	R\$ 4,40	R\$ 2.552,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

30

28	Luva procedimento vinil	Caixa com 100 unidades	375	R\$ 29,77	R\$ 11.163,75
29	Luva de proc. De látex	Caixa com 100 unidades	230	R\$ 56,32	R\$ 12.953,60
30	Lustra Móveis	Unidade 200 ml	72	R\$ 7,54	R\$ 542,88
31	Pá de lixo cabo longo	Unidade	36	R\$ 8,65	R\$ 311,40
32	Papel Higiênico	Pacotes com 12 rolos	1400	R\$ 20,87	R\$ 29.218,00
33	Papel toalha p/ mãos bobina	Caixa com 6 rolos de 200 metros cada	545	R\$ 136,87	R\$ 74.594,15
34	Pastilha adesiva sanitária	Caixa 3 unidades	620	R\$ 10,13	R\$ 6.280,60
35	Prendedor de roupa	Pacote 12 unidades	120	R\$ 5,61	R\$ 673,20
36	Refil para Rodo MOP	Unidade	60	R\$ 24,19	R\$ 1.451,40
37	Rodo com cabo 40 cm	Unidade	60	R\$ 16,95	R\$ 1.017,00
38	Rodo com cabo 50 cm	Unidade	38	R\$ 31,36	R\$ 1.191,68
39	Rodo de espuma c/ cabo	Unidade	115	R\$ 15,02	R\$ 1.727,30
40	Pano de chão	Unidade	370	R\$ 11,89	R\$ 4.399,30
41	Sabão em barra	Pacote 5 unidades	105	R\$ 14,67	R\$ 1.540,35
42	Sabão em pó	Pacotes 800 gramas	415	R\$ 11,50	R\$ 4.772,50
43	Sabonete líquido	Embalagem 1 litros	505	R\$ 15,79	R\$ 7.973,95
44	Saco de lixo 15 L	Pacotes 100 unidades	825	R\$ 16,15	R\$ 13.323,75
45	Saco de lixo 30 L	Pacote 50 unidades	750	R\$ 15,92	R\$ 11.940,00
46	Saco de lixo 50 L	Pacote 50 unidades	980	R\$ 22,15	R\$ 21.707,00
47	Saco de lixo 100 L	Pacote 25 unidades	870	R\$ 24,55	R\$ 21.358,50
48	Saco de lixo 150 L	Pacote 5 unidades	770	R\$ 16,66	R\$ 12.828,20
49	Desentupidor de pias e ralos granulado	Unidade/pote 300 gramas	32	R\$ 25,48	R\$ 815,36
50	Solução p/ limpeza de vidros	Unidade 500 ml	355	R\$ 11,11	R\$ 3.944,05
51	Vassoura de plástico/Nylon	Unidade	205	R\$ 13,42	R\$ 2.751,10
52	Vassoura de palha	Unidade	180	R\$ 50,77	R\$ 9.138,60
53	Vassoura sanitária	Unidade	70	R\$ 10,74	R\$ 751,80
				Total	R\$ 410.436,15

**LOTE 02: PRODUTOS PARA COPA E COZINHA (MUNICIPIO)**

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Valor máximo unitário	Valor máximo Total
54	Acendedor para fogão	Unidade	12	R\$ 19,49	R\$ 233,88
55	Copo de plástico 200 ml	Pacote 100 unidades	3080	R\$ 9,31	R\$ 28.674,80
56	COPO DE ISOPOR Térmico	Pacotes 25 unidades	260	R\$ 9,29	R\$ 2.415,40
57	Colher de Sobremesa. Descartável	Pacote 50 unidades	140	R\$ 5,80	R\$ 812,00
58	Escova para higienizar mamadeira	Unidade	10	R\$ 22,53	R\$ 225,30
59	Esponja de louça	Pacote 4 unidades	280	R\$ 5,22	R\$ 1.461,60
60	Esponja de lã de aço	Pacote 8 unidades	145	R\$ 3,78	R\$ 548,10
61	Embalagem plástica com capa. 3 kg	Pacote 50 unidades	240	R\$ 6,48	R\$ 1.555,20
62	Embalagem plástica com capa. 5 kg	Pacote 50 unidades	240	R\$ 8,16	R\$ 1.958,40
63	Filtro permanente. p/ café	Unidade	130	R\$ 9,37	R\$ 1.218,10
64	Coador de café	Unidade	40	R\$ 10,86	R\$ 434,40
65	Fósforo	Caixa c/ 200 palitos	30	R\$ 8,05	R\$ 241,50
66	Garfo sobremesa descartável	Pacote 50 unidades	180	R\$ 5,96	R\$ 1.072,80
67	Guardanapo de papel	Pacote 50 unidades	225	R\$ 4,08	R\$ 918,00
68	Máscara descartável	Caixa com 50 unidades	925	R\$ 16,83	R\$ 15.567,75
69	Papel Alumínio	Unidade	120	R\$ 8,95	R\$ 1.074,00
70	Esfregão de aço	Unidade	110	R\$ 3,18	R\$ 349,80
71	Palito p/ churrasco	Pacote 50 unidades	90	R\$ 10,56	R\$ 950,40
72	Palito dental	Caixa com 100 unidades	60	R\$ 2,05	R\$ 123,00
73	Plástico filme de PVC	Unidade	90	R\$ 9,92	R\$ 892,80
74	pacote papel branco pipoca	Pacote com 500 unidades	16	R\$ 29,30	R\$ 468,80
75	Papel toalha	Unidade 2 rolos	225	R\$ 8,13	R\$ 1.829,25
76	Prato descartável 15 cm	Pacote 10 unidades	360	R\$ 4,27	R\$ 1.537,20
77	Prato descartável 21 cm	Pacote 10 unidades	320	R\$ 6,40	R\$ 2.048,00
78	Pano de prato branco	Unidade	410	R\$ 7,15	R\$ 2.931,50



79	Toalha de rosto	Unidade	151	R\$ 15,73	R\$ 2.375,23
80	Toalha de banho	Unidade	136	R\$ 41,08	R\$ 5.586,88
81	Touca descartável	Pacote 100 Unidades	210	R\$ 16,68	R\$ 3.502,80
				Total	R\$ 81.006,89

LOTE 01: PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA (FMS)

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Valor máximo unitário	Valor máximo Total
1	Água Sanitária 5 L	Galão 5 litros	50	R\$ 19,88	R\$ 994,00
2	Álcool Gel 70%	Unidade 500 ml	15	R\$ 9,96	R\$ 149,40
3	Álcool Líquido 70%	Unidade 1 litro	200	R\$ 8,75	R\$ 1.750,00
4	Amaciante de Roupas	Galão 5 litros	25	R\$ 20,50	R\$ 512,50
5	Alvejante sem cloro	Galão 5 litros	25	R\$ 22,00	R\$ 550,00
6	Balde Plástico 10 L	Unidade	15	R\$ 14,93	R\$ 223,95
7	Balde Plástico 15 L	Unidade	15	R\$ 18,46	R\$ 276,90
8	Cabo extensor	Unidade	15	R\$ 66,69	R\$ 1.000,35
9	Cloro	Galão 5 litros	20	R\$ 20,93	R\$ 418,60
10	Cera Líquida	Unidade 750 ml	15	R\$ 15,03	R\$ 225,45
11	Saponáceo Cremoso 300ml	Unidade 300 ml	50	R\$ 6,58	R\$ 329,00
12	Desinfetante uso geral	Galão 5 litros	50	R\$ 19,56	R\$ 978,00
13	Desentupidor para vaso Sani.	Unidade	10	R\$ 24,26	R\$ 242,60
14	Limpador desengordurante p/ cozinha	Unidade 500 ml	20	R\$ 10,30	R\$ 206,00
15	Detergente líquido p/ louça	Galão 5 litros	30	R\$ 23,86	R\$ 715,80
16	Detergente Clorado	Galão 5 litros	50	R\$ 34,63	R\$ 1.731,50
17	Desodorizador ambiental	Unidade 360 ml	10	R\$ 13,61	R\$ 136,10
18	Desinfetante p/ hortifrutis	Unidade 300 ml	70	R\$ 11,68	R\$ 817,60
19	Difusor de essências	Unidade 240 ml	10	R\$ 23,85	R\$ 238,50
20	Escova de limpeza	Unidade	70	R\$ 18,37	R\$ 1.285,90
21	Espanador	Unidade	20	R\$ 32,82	R\$ 656,40
22	Flanela p/ Limpeza	Unidade	20	R\$ 4,53	R\$ 90,60
23	Frasco p/ Sabo. Liq.	Unidade	100	R\$ 10,63	R\$ 1.063,00
24	Kit Mop giratório	Kit	30	R\$ 125,00	R\$ 3.750,00
25	Limpa Forno	Unidade 250 ml	10	R\$ 15,66	R\$ 156,60
26	Lenço Umedecido	Pacote 100 unidades	10	R\$ 14,55	R\$ 145,50
27	Luva de Borracha	Embalagem com 1 par	50	R\$ 4,40	R\$ 220,00
28	Luva procedimento	Caixa com 100	1000	R\$ 29,77	R\$ 29.770,00



	vinil	unidades			
29	Luva de proc. De látex	Caixa com 100 unidades	30	R\$ 56,32	R\$ 1.689,60
30	Lustra Móveis	Unidade 200 ml	30	R\$ 7,54	R\$ 226,20
31	Pá de lixo cabo longo	Unidade	10	R\$ 8,65	R\$ 86,50
32	Papel Higiênico	Pacotes com 12 rolos	200	R\$ 20,87	R\$ 4.174,00
33	Papel toalha p/ mãos bobina	Caixa com 6 rolos de 200 metros cada	70	R\$ 136,87	R\$ 9.580,90
34	Pastilha adesiva sanitária	Caixa 3 unidades	50	R\$ 10,13	R\$ 506,50
35	Prendedor de roupa	Pacote 12 unidades	30	R\$ 5,61	R\$ 168,30
36	Refil para Rodo MOP	Unidade	10	R\$ 24,19	R\$ 241,90
37	Rodo com cabo 40 cm	Unidade	15	R\$ 16,95	R\$ 254,25
38	Rodo com cabo 50 cm	Unidade	15	R\$ 31,36	R\$ 470,40
39	Rodo de espuma c/ cabo	Unidade	15	R\$ 15,02	R\$ 225,30
40	Pano de chão	Unidade	100	R\$ 11,89	R\$ 1.189,00
41	Sabão em barra	Pacote 5 unidades	30	R\$ 14,67	R\$ 440,10
42	Sabão em pó	Pacotes 800 gramas	70	R\$ 11,50	R\$ 805,00
43	Sabonete líquido	Embalagem 1 litros	80	R\$ 15,79	R\$ 1.263,20
44	Saco de lixo 15 L	Pacotes 100 unidades	150	R\$ 16,15	R\$ 2.422,50
45	Saco de lixo 30 L	Pacote 50 unidades	200	R\$ 15,92	R\$ 3.184,00
46	Saco de lixo 50 L	Pacote 50 unidades	200	R\$ 22,15	R\$ 4.430,00
47	Saco de lixo 100 L	Pacote 25 unidades	150	R\$ 24,55	R\$ 3.682,50
48	Saco de lixo 150 L	Pacote 5 unidades	100	R\$ 16,66	R\$ 1.666,00
49	Desentupidor de pias e ralos granulado	Unidade/pote 300 gramas	30	R\$ 25,48	R\$ 764,40
50	Solução p/ limpeza de vidros	Unidade 500 ml	25	R\$ 11,11	R\$ 277,75
51	Vassoura de plástico/Nylon	Unidade	15	R\$ 13,42	R\$ 201,30
52	Vassoura de palha	Unidade	15	R\$ 50,77	R\$ 761,55
53	Vassoura sanitária	Unidade	15	R\$ 10,74	R\$ 161,10
				Total	R\$ 87.506,50

LOTE 02: PRODUTOS PARA COPA E COZINHA (FMS)

Item	Descrição do Item	Unid.	Quant.	Valor máximo unitário	Valor máximo Total
54	Acendedor para fogão	Unidade	10	R\$ 19,49	R\$ 194,90
55	Copo de plástico 200 ml	Pacote 100 unidades	1050	R\$ 9,31	R\$ 9.775,50
56	COPO DE ISOPOR Térmico	Pacotes 25 unidades	500	R\$ 9,29	R\$ 4.645,00
57	Colher de Sobremesa. Descartável	Pacote 50 unidades	200	R\$ 5,80	R\$ 1.160,00
58	Escova para higienizar	Unidade	15	R\$ 22,53	R\$ 337,95



	mamadeira				
59	Esponja de louça	Pacote 4 unidades	50	R\$ 5,22	R\$ 261,00
60	Esponja de lã de aço	Pacote 8 unidades	20	R\$ 3,78	R\$ 75,60
61	Embalagem plástica com capa. 3 kg	Pacote 50 unidades	30	R\$ 6,48	R\$ 194,40
62	Embalagem plástica com capa. 5 kg	Pacote 50 unidades	30	R\$ 8,16	R\$ 244,80
63	Filtro permanente. p/ café	Unidade	200	R\$ 9,37	R\$ 1.874,00
64	Coador de café	Unidade	15	R\$ 10,86	R\$ 162,90
65	Fósforo	Caixa c/ 200 palitos	100	R\$ 8,05	R\$ 805,00
66	Garfo sobremesa descartável	Pacote 50 unidades	200	R\$ 5,96	R\$ 1.192,00
67	Guardanapo de papel	Pacote 50 unidades	500	R\$ 4,08	R\$ 2.040,00
68	Máscara descartável	Caixa com 50 unidades	100	R\$ 16,83	R\$ 1.683,00
69	Papel Alumínio	Unidade	10	R\$ 8,95	R\$ 89,50
70	Esfregão de aço	Unidade	10	R\$ 3,18	R\$ 31,80
71	Palito p/ churrasco	Pacote 50 unidades	50	R\$ 10,56	R\$ 528,00
72	Palito dental	Caixa com 100 unidades	100	R\$ 2,05	R\$ 205,00
73	Plástico filme de PVC	Unidade	15	R\$ 9,92	R\$ 148,80
74	pacote papel branco pipoca	Pacote com 500 unidades	500	R\$ 29,30	R\$ 14.650,00
75	Papel toalha	Unidade 2 rolos	300	R\$ 8,13	R\$ 2.439,00
76	Prato descartável 15 cm	Pacote 10 unidades	200	R\$ 4,27	R\$ 854,00
77	Prato descartável 21 cm	Pacote 10 unidades	200	R\$ 6,40	R\$ 1.280,00
78	Pano de prato branco	Unidade	100	R\$ 7,15	R\$ 715,00
79	Toalha de rosto	Unidade	100	R\$ 15,73	R\$ 1.573,00
80	Toalha de banho	Unidade	100	R\$ 41,08	R\$ 4.108,00
81	Touca descartável	Pacote 100 Unidades	30	R\$ 16,68	R\$ 500,40
				Total	R\$ 51.573,65

6.2 O custo foi apurado a partir de mapa de preço constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas, conforme o caso e disponibilidade, atendendo o art. 57 e 58 do Decreto Municipal 012/2024 e IN 65/2022, art. 3º, V.

6.3 Será vencedora a proposta de menor preço por LOTE, desde que a empresa ofertante comprove sua regularidade com os encargos trabalhistas, previdenciários,



fiscais e comerciais e tenha como cumprir os prazos e condições estabelecidas neste termo.

6.4 Na proposta de preço deve estar incluso todas as despesas fixas e variáveis e custos relacionados ao atendimento do objeto da licitação.

JUSTIFICATIVA PARA REALIZAÇÃO EM LOTES

Para um melhor atendimento e mais fácil para administração gerenciar a contratação dos objetos a serem contratados, se optou por fazer em lotes devido a contratação ser registro de preço, assim facilitando a logística das entregas e sendo mais atrativo o montante financeiro para os licitantes.

7. DESCRIÇÃO DOS ITENS:

LOTE 01- PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA

Nº item	Produto	Características mínimas	Unidade
01	Água sanitária	Produto para limpeza a base de hipoclorito de sódio e água, com teor de cloro ativo entre 2% p/p e 2,5% p/p. Produto biodegradável, bactericida e germicida. O produto deverá apresentar rotulo com data de validade, dados do fabricante, marca princípio ativo e composição do produto. Apresentar junto com a proposta registro do produto junto ao ministério da saúde / Anvisa. Embalagem plástica resistente 5 litros. Validade 12 meses.	Galão 5 litros.
02	Álcool em gel 70%	Álcool em gel para as mãos com aloe vera, com ação antibacteriana, 70 INPM. Apresentar junto com a proposta registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem plástica resistente 500 gramas com válvula pump.	Unidade 500 ml.
03	Álcool líquido 70%	Álcool etílico Líquido 70 INPM. Embalagem plástica resistente 1 litro.	Unidade 1 litro.
04	Amaciante para roupas	Amaciante de roupas perfumado, aromas suaves, com rótulo descrevendo características do produto, registro na ANVISA. Embalagem plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros.
05	Alvejante sem cloro	Alvejante sem cloro para roupas coloridas. Embalagem plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros.
06	Balde Plástico 10 litros	Balde de plástico com alça, capacidade para 10 litros.	Unidade
07	Balde plástico 15litros	Balde de plástico com alça, capacidade para 15 litros.	Unidade
08	Cabo extensor	Cabo extensor para vassoura com 1,80m.	Unidade
09	Cloro	Cloro Solução de hipoclorito sódio de 4 a 5%. Apresentar junto com a proposta de preços registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros.



10	Cera líquida	Cera líquida auto brilho, incolor para assoalho. Embalagem plástica resistente Com 750 ml.	Unidade 750 ml.
11	Saponáceo cremoso 300 ml	Saponáceo cremoso com micropartículas naturais, fragrâncias lavanda, limão ou laranja. Rótulo descrevendo características do produto e registro na ANVISA. Embalagem: frasco 300 ml.	Unidade 300 ml.
12	Desinfetante para uso geral	Desinfetante líquido, com ação germicida e bactericida, aspecto líquido, perfumado, fragrâncias herbais, floral, lavanda, jasmim, marine. Composição: cloreto de alquil. dimetil benzil, emulsificante, conservante, veículo, corante. Princípio ativo: 1%. Frasco capacidade de 5 litros. Validade mínima 12 meses. Apresentar junto com a proposta de preços registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa.	Galão 5 litros
13	Desentupidor para vaso sanitário	Desentupidor para vaso sanitário.	Unidade
14	Limpador desengordurante para cozinha	Solução desengordurante para cozinha, embalagem plástica com gatilho pulverizador. Embalagem plástica 500 ml.	Unidade 500 ml
15	Detergente líquido para louça	Detergente: líquido, neutro, anti-odor, contendo componente ativo, glicerina, sequestrante, fragrância neutra. Testado dermatologicamente. Apresentar junto com a proposta de preços registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem Plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros
16	Detergente clorado	Detergente clorado gel. Apresentar registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem Plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros
17	Desodorizador ambiental	Desodorizador ambiental, aerosol, sem CFC. Essências suaves. Frasco de 360 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Embalagem 360 ml.	Unidade 360 ml
18	Desinfetante para Hortifruti	Desinfetante para frutas, verduras e legumes, alimentos suscetíveis a contaminações por agentes patogênicos. Deve possuir eficácia comprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). COMPOSIÇÃO: Hipoclorito de Sódio e Água. PRINCÍPIO ATIVO: Hipoclorito de Sódio, 1% p/p de Cloro Ativo. Frasco 300 ml.	Unidade 300 ml
19	Difusor de essências	Difusor de essências com varetas, fragrâncias diversas, Frasco plástico resistente. Frasco 240 ml.	Unidade 240 ml
20	Escova de limpeza	Escova de limpeza, cerdas duras, base plástica com alça. Tamanho aproximado 6x14cm.	Unidade
21	Espanador	Espanador tamanho médio 32cm, cabo Madeira ou plástico e penas.	Unidade
22	Flanela de limpeza	Flanela para limpeza 100% algodão.	Unidade



23	Frasco para sabonete líquido	Frasco plástico para sabonete líquida 500 ml com válvula pump (saboneteira).	Unidade
24	Kit Mop giratório	Kit Mop giratório com balde. Cabo articulado em até 90°. O Kit deve conter 4 Peças Sendo: 1 balde com sistema de centrifugação 45cm x 25cm x 21cm, 2 refis de micro fibra acopláveis ao cabo, 1 Cabo 125 cm aproximadamente.	Kit
25	Limpa forno	Limpa forno em pasta eficaz para limpeza de gorduras encrustadas em superfícies.	Unidade 250 ml
26	Lenço umedecido	Toalhas/lenços para higiene: com tamanho mínimo de 19x15cm, hipoalergênicas, testadas dermatologicamente, suave fragrância e embalagem com adesivo ou tampa abre e fecha, sem álcool. Pacote contendo 100 unidades.	Pacote 100 Unidades
27	Luva de borracha	Luva confeccionada em borracha látex, para multiuso; tamanhos P, M, G. Cano Curto. Embalagem com 1 par.	Embalagem com 1 par
28	Luva de procedimento vinil	Luva de procedimento confeccionada em vinil, sem pó, não cirurgica, tamanhos P,M,G. Embalagem: Caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades
29	Luva de procedimento látex	Luva de látex natural, superfície lisa, ambidestra, com pó. Tamanho: P, M, G. Embalagem: Caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades
30	Lustra móveis	Emulsão cremosa, perfumada para aplicação em móveis, aromas diversos. Embalagem: Frasco plástico 200 ml.	Unidade 200 ml
31	Pá de lixo cabo longo	Pá de lixo cabo aproximadamente 80 cm.	Unidade
32	Papel higiênico	Papel higiênico branco, folha dupla, picotado, 100% celulose virgem, rolos com 30m x 10cm. Embalagem: Pacotes com 12 rolos.	Pacotes com 12 rolos
33	Papel toalha para mãos bobina	Papel toalha em rolo / bobina totalmente composta de 100% celulose virgens, com 35 a 37 gramas por m ² , permitindo uma excelente absorção, com boa resistência a tração para uso em dispenser. Embalagem com 06 rolos de 20 cm x 200m cada.	Caixa com 6 rolos de 200 metros
34	Pastilha adesiva sanitária	Pastilha desinfetante adesiva para aplicação na parede do vaso sanitário, fragrâncias diversas, durar até 130 descargas. Embalagem: Caixa com 3 unidades.	Caixa 3 unidades
35	Prendedor de roupa	Prendedor de roupa tradicional plástico. Embalagem: Pacote 12 unidades.	Pacote 12 unidades
36	Refil para Rodo MOP	Refil para esfregão mop, limpeza pratica.	Unidade
37	Rodo com cabo 40 cm	Rodo com 2 borrachas, base medindo 40cm, cabo de madeira.	Unidade
38	Rodo com cabo 50 cm	Rodo com 2 borrachas, base medindo 50cm, cabo de madeira.	Unidade
39	Rodo de espuma com cabo	Rodo de passar cera com cabo. Base medindo 30 cm revestida de espuma retangular.	Unidade
40	Pano de chão	Pano para limpeza, tipo toalha de banho de boa qualidade. Tamanho aproximado 100x 50 cm.	Unidade



41	Sabão em barra	Sabão em barra 200 gramas, neutro, glicerinado. Apresentar registro do produto junto ao ministério da saúde/Anvisa. Embalagem com 5 unidades de 200 gramas cada.	Pacote 5 unidades
42	Sabão em pó	Sabão em pó, de boa qualidade, hipoalergênico, composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes, sinergistas, branqueadores ópticos, enzimas, corante, fragrância e água. Registro na Anvisa. Embalagem sachê/caixa com 800 gramas.	Pacotes 800 gramas
43	Sabonete líquido	Sabonete líquido viscoso glicerinado para limpeza das mãos. Aromas diversos, ph neutro, Válvula pump. Embalagem resistente contendo 1 litro.	Embalagem 1 litro
44	Saco de lixo 15 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 15 litros na cor preta. Embalagem com 100 unidades.	Pacote 100 unidades
45	Saco de lixo 30 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 30 litros na cor preta. Embalagem com 50 unidades.	Pacote 50 unidades
46	Sacode lixo 50 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 50 litros na cor preta, com micra 0,07 de espessura. Embalagem com 50 unidades.	Pacote 50 unidades
47	Saco de lixo 100 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 100 litros na cor preta. com micra 0,10 de espessura. Embalagem com 25 unidades.	Pacote 25 unidades
48	Saco de lixo 150 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 150 litros na cor preta. com micra 0,12 de espessura. Embalagem com 5 unidades.	Pacote 5 unidades
49	Desentupidor de pias e ralos granulado	Desentupidor eficaz para pias, ralos e vasos. Produto granulado contendo hidróxido de sódio. Embalagem com 300 gramas.	Unidade/pote 300 gramas
50	Solução para limpeza de vidros	Solução para limpeza de vidros com pulverizador em gatilho. Embalagem plástica resistente com 500 ml	Unidade 500 ml
51	Vassoura de plástico / Nylon	Vassoura de plástico/nylon contendo no mínimo 62 tufos, com 25 fios por tufo, cerdas com aproximadamente 10 cm de comprimento (plumadas), base em polipropileno, cabo em chapa metálica revestida em polipropileno ou madeira com aproximadamente 1,20m. Fixação do cabo por sistema de rosca.	Unidade
52	Vassoura de Palha	Vassoura de palha macia com cabo de madeira, largura mínima de 40 cm.	Unidade
53	Vassoura sanitária	Vassoura para limpeza de sanitário. Cabo aprox. 30 cm, cerdas de nylon com suporte.	Unidade

LOTE 02- PRODUTOS DE COPA E COZINHA:

Nº item	Item	Descrição/ características técnicas:	Unidade
54	Acendedor para fogão	Acendedor para fogão com cabo plástico e corpo de metal, acendimento por faísca, tamanho aproximado 22 cm.	Unidade
55	Copo de plástico 200 ml	Copo de plástico descartável com capacidade para 200 ml, em polipropileno. Embalagem em tiras com 100 unidades.	Pacote 100 unidades
56	Copo de isopor	Copo de isopor térmico, 180 ml.	Pacote 25



		Embalagem: pacote com 25 unidades.	unidades
57	Colher de sobremesa descartável	Colher de sobremesa descartável branca, material atóxico. Embalagem: pacote 50 unidades.	Pacote 50 unidades
58	Escova para higienizar mamadeira	Escova para lavar mamadeira, livre de BPA, cabeça curva e cerdas densas.	Unidade
59	Esponja para louça	Esponja para lavagem de louças e limpeza em geral, dupla face, ante bactérias, formato retangular. Medidas aproximadas: 12cm x 8cm x 2cm de espessura. Pacote com 4 unidades.	Pacote 4 unidades
60	Esponja de lã de aço	Esponja de lã de aço. Pacote com 8 unidades 60 gramas.	Pacote 8 unidades
61	Embalagem plástica capacidade 3 kg	Embalagem plástica para freezer com capacidade para 3 kg. Embalagem com 50 unidades.	Pacote 50 unidades
62	Embalagem plástica capacidade 5 kg	Embalagem plástica para freezer com capacidade para 5 kg. Embalagem com 50 unidades.	Pacote 50 unidades
63	Filtro para café	Filtro para café permanente/reutilizável com base de plástico e malha poliéster, número 103.	Unidade
64	Coador de café	Porta filtro/coador de café, tamanho 103, plástico marrom.	Unidade
65	Fósforo	Fósforos, caixa grande, 240 unidades cada, longos, com certificação do INMETRO.	Caixa com 240 palitos
66	Garfo sobremesa descartável	Garfo de sobremesa descartável branco, material atóxico. Embalagem: Pacote 50 unidades.	Pacote 50 unidades
67	Guardanapo de papel	Guardanapo de papel branco, composto de 100% de fibras celulósicas. Tamanho: 30x31cm. Pacote com 50 unidades.	Pacote 50 unidades
68	Máscara descartável	Máscara descartável tripla com elástico. Fabricada em não tecido, cor azul clara ou branca. Caixa com 50 unidades.	Caixa com 50 unidades
69	Papel alumínio	Papel alumínio brilhante. Dimensões rolo: 7,5m x 45cm.	Unidade
70	Esfregão de aço	Esfregão de aço (palha de aço) limpeza pesada, formato arredondado.	Unidade
71	Palito para churrasco	Palito para churrasco roliço de bambu, 25 cm de comprimento. Embalagem: pacote 50 unidades.	Pacote 50 unidades
72	Palito dental	Palito tipo dental bambu, aproximadamente 6 cm de comprimento. Embalagem: caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades
73	Plástico filme PVC	Plástico filme de PVC transparente flexível. Rolo com 30m x 38cm.	Unidade
74	Pacote de papel branco	Saco de papel branco para pipoca, tamanho aproximado 14x8 cm. Pacote com 500 unidades.	Pacote com 500 unidades
75	Papel toalha	Papel toalha rolo, 100% celulose, picotado. Rolos com 55 toalhas de 20 x 22cm. Embalagem: Pacote com 2 rolos.	Unidade 2 rolos
76	Prato descartável 15 cm	Prato para bolo raso descartável branco, 15 cm de diâmetro, material atóxico.	Pacote 10 unidades



		Embalagem: pacote 10 unidades.	
77	Prato descartável 21 cm	Prato para lanche raso descartável branco, 21 cm de diâmetro, material atóxico. Embalagem: pacote 10 unidades.	Pacote 10 unidades
78	Pano de prato branco	Pano de copa branco em tecido 100% algodão. Tamanho aproximado 66 x 40cm.	Unidade
79	Toalha de rosto	Toalha de rosto, grossa e felpuda, 100% algodão, macia, cor branca, medindo 65 x 45cm.	Unidade
80	Toalha de banho	Toalha de banho, grossa e felpuda, 100% algodão, cor branca, medindo 0,70 x 1,30m.	Unidade
81	Touca descartável	Touca sanfonada descartável com elástico duplo. Embalagem: Pacote com 100 Unidades.	Pacote 100 Unidades

8. DA VIGENCIA DA ATA E DA PRORROGAÇÃO

A ata de Registro de preço resultante deste processo de contratação terá vigência de 12 (dode) meses. Podendo ser prorrogado por igual período, desde que ainda mais vantajoso o preço. De acordo com art. 117, §1º do decreto 012/2024 Municipal.

9. DA FISCALIZAÇÃO E RECEBIMENTO

Em conformidade com o art. 117 da Lei Federal n. 14.133/2021, deverá ser designado fiscal de contrato e representante da administração pública para acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º do referido diploma legal.

1.1 - Será designado como gestor do Contrato a Sr. Fernando Luiz Coelho Medeiros, matrícula 1484.

1.2 - Será designado como responsável administrativo pela fiscalização da execução da entrega dos serviços, objeto deste contrato, o servidor XXXXXXXXX, Matrícula XXXXX, a qual competem o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:

1.2.1 - Atestar, em documento hábil, o fornecimento e a entrega dos equipamentos e após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor para certificação;

1.2.2 - Confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato;

1.2.3 - Verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;

1.2.4 - Comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for o caso;



1.2.5 - Acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e /ou previstas contratualmente;

1.2.6 - Informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao gestor do contrato;

1.2.7 - Emitir e controlar, periodicamente, as ordens de serviço necessárias para a execução do objeto contratado;

2 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

3 - Qualquer comunicação ou notificação do contratante à contratada deverá merecer resposta conclusiva e por escrito no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados do seu recebimento, submetendo-se, a contratada, às sanções e penalidades cabíveis, caso tal determinação não seja cumprida.

10. DO PAGAMENTO

10.1 O pagamento pela prestação do serviço, objeto da presente contratação, deverá ser feito pela Administração em favor do contratado mediante boleto ou transferência bancária em conta corrente de titularidade do contratado, o pagamento será efetuado em 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal e aprovação da qualidade do serviço, acompanhado da respectiva Nota Fiscal Eletrônica e arquivo XML, relatório dos serviços executados.

10.2 O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais deverá ser aquele fornecido na habilitação.

10.3 Para fins de Imposto de Renda Retido na Fonte de que trata o art. 158, inciso I, da constituição da República, o Município irá aplicar o disposto no art. 64 da Lei Federal nº 9.430/1996 e também a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme disposto no Decreto Municipal 40/2023 que adota as leis e Instrução acima mencionadas no âmbito das contratações municipais.

10.4 Nenhum pagamento será efetuado ao contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou técnica que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

10.5 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a



comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11. DOS CRITERIO DE REAJUSTE

11.1 Os preços deverão ser fixos e irrevogáveis, salvo se houver desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133 de 2021, a Contratada que:

12.1.1 inexecução total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

- Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- Comportar-se de modo inidôneo;
- Cometer fraude fiscal;

12.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

12.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 Multa moratória de 0,5 % (Zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (Trinta) dias;

12.2.3 Multa compensatória de 10 % (Dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

12.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

12.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

12.2.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

12.3 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 155 ao art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

12.3.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos,



fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.3.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.3.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133 de 2021.

12.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

12.5.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.8 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.9 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.10 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei 14.133 de 2021, demais normas de licitações e



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

44

contratos e, subsidiariamente segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor) e normas e princípios gerais dos contratos.

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024****ANEXO II****PROPOSTA DE PREÇOS
(modelo)****1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:**

Razão Social: _____
Nome de Fantasia: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ CEP: _____ Fone/Fax: _____
CNPJ: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal: _____

2. DESCRIÇÃO DOS LOTES**LOTE 01 – PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA**

Nº item	Produto	Características mínimas	Unidade	Quant.	Valor máximo unitário	Valor máximo Total
01	Água sanitária	Produto para limpeza a base de hipoclorito de sódio e água, com teor de cloro ativo entre 2% p/p e 2,5% p/p. Produto biodegradável, bactericida e germicida. O produto deverá apresentar rotulo com data de validade, dados do fabricante, marca princípio ativo e composição do produto. Apresentar junto com a proposta registro do produto junto ao ministério da saúde / Anvisa. Embalagem plástica resistente 5 litros. Validade 12 meses.	Galão 5 litros.	390	R\$	R\$
02	Álcool em gel 70%	Álcool em gel para as mãos com aloe vera, com ação antibacteriana, 70 INPM. Apresentar junto com a proposta registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem plástica resistente 500 gramas com válvula pump.	Unidade 500 ml.	1335	R\$	R\$
03	Álcool líquido 70%	Álcool etílico Líquido 70 INPM. Embalagem plástica resistente 1 litro.	Unidade 1 litro.	2000	R\$	R\$
04	Amaciante para roupas	Amaciante de roupas perfumado, aromas suaves, com rótulo descrevendo características do produto, registro na ANVISA. Embalagem plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros.	145	R\$	R\$



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

05	Alvejante sem cloro	Alvejante sem cloro para roupas coloridas. Embalagem plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros.	310	R\$	R\$
06	Balde Plástico 10 litros	Balde de plástico com alça, capacidade para 10 litros.	Unidade	95	R\$	R\$
07	Balde plástico 15litros	Balde de plástico com alça, capacidade para 15 litros.	Unidade	97	R\$	R\$
08	Cabo extensor	Cabo extensor para vassoura com 1,80m.	Unidade	59	R\$	R\$
09	Cloro	Cloro Solução de hipoclorito sódio de 4 a 5%. Apresentar junto com a proposta de preços registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros.	255	R\$	R\$
10	Cera líquida	Cera líquida auto brilho, incolor para assoalho. Embalagem plástica resistente Com 750 ml.	Unidade 750 ml.	110	R\$	R\$
11	Saponá ceo cremoso 300 ml	Saponáceo cremoso com micropartículas naturais, fragrâncias lavanda, limão ou laranja. Rótulo descrevendo características do produto e registro na ANVISA. Embalagem: frasco 300 ml.	Unidade 300 ml.	240	R\$	R\$
12	Desinfetant e para uso geral	Desinfetante líquido, com ação germicida e bactericida, aspecto líquido, perfumado, frangrancias herbal, floral, lavanda, jasmim, marine. Composição: cloreto de alquil dimetil benzil, emulsificante, conservante, veículo, corante. Princípio ativo: 1%. Frasco capacidade de 5 litros. Validade mínima 12 meses. Apresentar junto com a proposta de preços registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa.	Galão 5 litros	730	R\$	R\$
13	Desentu pidor para vaso sanitário	Desentupidor para vaso sanitário.	Unidade	29	R\$	R\$
14	Limpador desengo rdurant e para cozinha	Solução desengordurante para cozinha, embalagem plástica com gatilho pulverizador. Embalagem plástica 500 ml.	Unida de 500 ml	260	R\$	R\$
15	Deterge nte líquido para louça	Detergente: líquido, neutro, anti-odor, contendo componente ativo, glicerina, sequestrante, fragrância neutra. Testado dermatologicamente. Apresentar junto com a proposta de preços registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem Plástica resistente com 5 litros.	Galão 5 litros	305	R\$	R\$
16	Detergente clorado	Detergente clorado gel. Apresentar registro do produto junto ao ministério da saúde /Anvisa. Embalagem Plástica resistente com	Galão 5 litros	390	R\$	R\$



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

		5 litros.				
17	Desodorizador ambiental	Desodorizador ambiental, aerosol, sem CFC. Essências suaves. Frasco de 360 ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no Ministério da Saúde. Embalagem 360 ml.	Unidade de 360 ml	150	R\$	R\$
18	Desinfetante para Hortifru	Desinfetante para frutas, verduras e legumes, alimentos suscetíveis a contaminações por agentes patogênicos. Deve possuir eficácia comprovada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). COMPOSIÇÃO: Hipoclorito de Sódio e Água. PRINCÍPIO ATIVO: Hipoclorito de Sódio, 1% p/p de Cloro Ativo. Frasco 300 ml.	Unidade 300 ml	385	R\$	R\$
19	Difusor de essências	Difusor de essências com varetas, fragrâncias diversas, Frasco plástico resistente. Frasco 240 ml.	Unidade de 240 ml	430	R\$	R\$
20	Escova de limpeza	Escova de limpeza, cerdas duras, base plástica com alça. Tamanho aproximado 6x14cm.	Unidade	165	R\$	R\$
21	Espanador	Espanador tamanho médio 32cm, cabo Madeira ou plástico e penas.	Unidade	75	R\$	R\$
22	Flanela de limpeza	Flanela para limpeza 100% algodão.	Unidade	130	R\$	R\$
23	Frasco para sabonete líquido	Frasco plástico para sabonete líquido 500 ml com válvula pump (saboneteira).	Unidade	480	R\$	R\$
24	Kit Mop giratório	Kit Mop giratório com balde. Cabo articulado em até 90°. O Kit deve conter 4 Peças Sendo: 1 balde com sistema de centrifugação 45cm x 25cm x 21cm, 2 refis de micro fibra acopláveis ao cabo, 1 Cabo 125 cm aproximadamente.	Kit	277	R\$	R\$
25	Limpa forno	Limpa forno em pasta eficaz para limpeza de gorduras encrustadas em superfícies.	Unidade de 250 ml	41	R\$	R\$
26	Lenço umedecido	Toalhas/lenços para higiene: com tamanho mínimo de 19x15cm, hipoalergênicas, testadas dermatologicamente, suave fragrância e embalagem com adesivo ou tampa abre e fecha, sem álcool. Pacote contendo 100 unidades.	Pacote 100 Unidades	166	R\$	R\$
27	Luva de borracha	Luva confeccionada em borracha látex, para multiuso; tamanhos P, M, G. Cano Curto. Embalagem com 1 par.	Embalagem com 1 par	630	R\$	R\$



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

28	Luva de procedimento vinil	Luva de procedimento confeccionada em vinil, sem pó, não cirurgica, tamanhos P,M,G. Embalagem: Caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades	1375	R\$	R\$
29	Luva de procedimento látex	Luva de látex natural, superfície lisa, ambidestra, com pó. Tamanho: P, M, G. Embalagem: Caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades	260	R\$	R\$
30	Lustra móveis	Emulsão cremosa, perfumada para aplicação em móveis, aromas diversos. Embalagem: Frasco plástico 200 ml.	Unidade de 200 ml	102	R\$	R\$
31	Pá de lixo cabo longo	Pá de lixo cabo aproximadamente 80 cm.	Unidade	46	R\$	R\$
32	Papel higiênico	Papel higiênico branco, folha dupla, picotado, 100% celulose virgem, rolos com 30m x 10cm. Embalagem: Pacotes com 12 rolos.	Pacotes com 12 rolos	1600	R\$	R\$
33	Papel toalha para mãos bobina	Papel toalha em rolo / bobina totalmente composta de 100% celulose virgens, com 35 a 37 gramas por m ² , permitindo uma excelente absorção, com boa resistência a tração para uso em dispenser. Embalagem com 06 rolos de 20 cm x 200m cada.	Caixa com 6 rolos de 200 metros	615	R\$	R\$
34	Pastilha adesiva sanitária	Pastilha desinfetante adesiva para aplicação na parede do vaso sanitário, fragrâncias diversas, durar até 130 descargas. Embalagem: Caixa com 3 unidades.	Caixa 3 unidades	670	R\$	R\$
35	Prendedor de roupa	Prendedor de roupa tradicional plástico. Embalagem: Pacote 12 unidades.	Pacote e 12 unidades	150	R\$	R\$
36	Refil para Rodo MOP	Refil para esfregão mop, limpeza pratica.	Unidade	70	R\$	R\$
37	Rodo com cabo 40 cm	Rodo com 2 borrachas, base medindo 40cm, cabo de madeira.	Unidade	75	R\$	R\$
38	Rodo com cabo 50 cm	Rodo com 2 borrachas, base medindo 50cm, cabo de madeira.	Unidade	53	R\$	R\$
39	Rodo de espuma com cabo	Rodo de passar cera com cabo. Base medindo 30 cm revestida de espuma retangular.	Unidade	130	R\$	R\$
40	Pano de chão	Pano para limpeza, tipo toalha de banho de boa qualidade. Tamanho aproximado 100x 50 cm.	Unidade	470	R\$	R\$
41	Sabão em barra	Sabão em barra 200 gramas, neutro, glicerinado. Apresentar registro do produto junto ao ministério da saúde/Anvisa. Embalagem com 5 unidades de 200 gramas cada.	Pacote e 5 unidades	135	R\$	R\$
42	Sabão em pó	Sabão em pó, de boa qualidade, hipoalergênico, composto de tensoativo aniônico, coadjuvantes,	Pacotes 800	485	R\$	R\$



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS
GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

		sinergistas, branqueadores ópticos, enzimas, corante, fragrância e água. Registro na Anvisa. Embalagem sachê/caixa com 800 gramas.	gramas			
43	Sabonete líquido	Sabonete líquido viscoso glicerinado para limpeza das mãos. Aromas diversos, ph neutro, Válvula pump. Embalagem resistente contendo 1 litro.	Embalagem 1 litro	585	R\$	R\$
44	Saco de lixo 15 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 15 litros na cor preta. Embalagem com 100 unidades.	Pacote e 100 unidades	975	R\$	R\$
45	Saco de lixo 30 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 30 litros na cor preta. Embalagem com 50 unidades.	Pacote e 50 unidades	950	R\$	R\$
46	Saco de lixo 50 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 50 litros na cor preta, com micra 0,07 de espessura. Embalagem com 50 unidades.	Pacote e 50 unidades	1180	R\$	R\$
47	Saco de lixo 100 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 100 litros na cor preta. com micra 0,10 de espessura. Embalagem com 25 unidades.	Pacote e 25 unidades	1020	R\$	R\$
48	Saco de lixo 150 litros	Saco de lixo de polietileno com capacidade para 150 litros na cor preta. com micra 0,12 de espessura. Embalagem com 5 unidades.	Pacote e 5 unidades	870	R\$	R\$
49	Desentupidor de pias e ralos granulado	Desentupidor eficaz para pias, ralos e vasos. Produto granulado contendo hidróxido de sódio. Embalagem com 300 gramas.	Unidade /pote 300 gramas	62	R\$	R\$
50	Solução para limpeza de vidros	Solução para limpeza de vidros com pulverizador em gatilho. Embalagem plástica resistente com 500 ml	Unidade de 500 ml	380	R\$	R\$
51	Vassoura de plástico / Nylon	Vassoura de plástico/nylon contendo no mínimo 62 tufo, com 25 fios por tufo, cerdas com aproximadamente 10 cm de comprimento (plumadas), base em polipropileno, cabo em chapa metálica revestida em polipropileno ou madeira com aproximadamente 1,20m. Fixação do cabo por sistema de rosca.	Unidade	220	R\$	R\$
52	Vassoura de Palha	Vassoura de palha macia com cabo de madeira, largura mínima de 40 cm.	Unidade	195	R\$	R\$
53	Vassoura sanitária	Vassoura para limpeza de sanitário. Cabo aprox. 30 cm, cerdas de nylon com suporte.	Unidade	85	R\$	R\$

**LOTE 02 – PRODUTOS COPA E COZINHA**

Nº item	Item	Descrição/ características técnicas:	Unidade	Quant.	Valor máximo unitário	Valor máximo Total
54	Acendedor para fogão	Acendedor para fogão com cabo plástico e corpo de metal, acendimento por faísca, tamanho aproximado 22 cm.	Unidade	22	R\$	R\$
55	Copo de plástico 200 ml	Copo de plástico descartável com capacidade para 200 ml, em polipropileno. Embalagem em tiras com 100 unidades.	Pacote 100 unidades	4130	R\$	R\$
56	Copo de isopor	Copo de isopor térmico, 180 ml. Embalagem: pacote com 25 unidades.	Pacote 25 unidades	760	R\$	R\$
57	Colher de sobremesa descartável	Colher de sobremesa descartável branca, material atóxico. Embalagem: pacote 50 unidades.	Pacote 50 unidades	340	R\$	R\$
58	Escova para higienizar mamadeira	Escova para lavar mamadeira, livre de BPA, cabeça curva e cerdas densas.	Unidade	25	R\$	R\$
59	Esponja para louça	Esponja para lavagem de louças e limpeza em geral, dupla face, ante bactérias, formato retangular. Medidas aproximadas: 12cm x 8cm x 2cm de espessura. Pacote com 4 unidades.	Pacote 4 unidades	330	R\$	R\$
60	Esponja de lã de aço	Esponja de lã de aço. Pacote com 8 unidades 60 gramas.	Pacote 8 unidades	165	R\$	R\$
61	Embalagem plástica capacidade 3 kg	Embalagem plástica para freezer com capacidade para 3 kg. Embalagem com 50 unidades.	Pacote 50 unidades	270	R\$	R\$
62	Embalagem plástica capacidade 5 kg	Embalagem plástica para freezer com capacidade para 5 kg. Embalagem com 50 unidades.	Pacote 50 unidades	270	R\$	R\$
63	Filtro para café	Filtro para café permanente/reutilizável com base de plástico e malha poliéster, número 103.	Unidade	330	R\$	R\$
64	Coador de café	Porta filtro/coador de café, tamanho 103, plástico marrom.	Unidade	55	R\$	R\$
65	Fósforo	Fósforos, caixa grande, 240 unidades cada, longos, com certificação do INMETRO.	Caixa com 240 palitos	130	R\$	R\$



66	Garfo sobremesa descartável	Garfo de sobremesa descartável branco, material atóxico. Embalagem: Pacote 50 unidades.	Pacote 50 unidades	380	R\$	R\$
67	Guardanapo de papel	Guardanapo de papel branco, composto de 100% de fibras celulósicas. Tamanho: 30x31cm. Pacote com 50 unidades.	Pacote 50 unidades	725	R\$	R\$
68	Máscara descartável	Máscara descartável tripla com elástico. Fabricada em não tecido, cor azul clara ou branca. Caixa com 50 unidades.	Caixa com 50 unidades	1025	R\$	R\$
69	Papel alumínio	Papel alumínio brilhante. Dimensões rolo: 7,5m x 45cm.	Unidade	130	R\$	R\$
70	Esfregão de aço	Esfregão de aço (palha de aço) limpeza pesada, formato arredondado.	Unidade	120	R\$	R\$
71	Palito para churrasco	Palito para churrasco roliço de bambu, 25 cm de comprimento. Embalagem: pacote 50 unidades.	Pacote 50 unidades	140	R\$	R\$
72	Palito dental	Palito tipo dental bambu, aproximadamente 6 cm de comprimento. Embalagem: caixa com 100 unidades.	Caixa com 100 unidades	160	R\$	R\$
73	Plástico filme PVC	Plástico filme de PVC transparente flexível. Rolo com 30m x 38cm.	Unidade	105	R\$	R\$
74	Pacote de papel branco	Saco de papel branco para pipoca, tamanho aproximado 14x8 cm. Pacote com 500 unidades.	Pacote com 500 unidades	516	R\$	R\$
75	Papel toalha	Papel toalha rolo, 100% celulose, picotado. Rolos com 55 toalhas de 20 x 22cm. Embalagem: Pacote com 2 rolos.	Unidade 2 rolos	525	R\$	R\$
76	Prato descartável 15 cm	Prato para bolo raso descartável branco, 15 cm de diâmetro, material atóxico. Embalagem: pacote 10 unidades.	Pacote 10 unidades	560	R\$	R\$
77	Prato descartável 21 cm	Prato para lanche raso descartável branco, 21 cm de diâmetro, material atóxico. Embalagem: pacote 10 unidades.	Pacote 10 unidades	520	R\$	R\$
78	Pano de prato branco	Pano de copa branco em tecido 100% algodão. Tamanho aproximado 66 x 40cm.	Unidade	510	R\$	R\$
79	Toalha de rosto	Toalha de rosto, grossa e felpuda, 100% algodão, macia, cor branca, medindo 65 x 45cm.	Unidade	251	R\$	R\$



80	Toalha de banho	Toalha de banho, grossa e felpuda, 100% algodão, cor branca, medindo 0,70 x 1,30m.	Unidade	236	R\$	R\$
81	Touca descartável	Touca sanfonada descartável com elástico duplo. Embalagem: Pacote com 100 Unidades.	Pacote 100 Unidades	240	R\$	R\$

(*) Todas as especificações acima citadas são as mínimas a serem observadas, podendo as empresas participantes desta licitação ofertar equipamentos com especificações superiores e/ou com outros acessórios não relacionados neste Anexo.

3. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

Prazo de validade da proposta: _____ dias.

(prazo mínimo: **60 (sessenta)** dias).

Prazo de Execução: _____.

(máximo 30 dias consecutivos da entrega da autorização de fornecimento)

4. DADOS BANCÁRIOS

NOME DO BANCO: _____

CIDADE: _____

AGÊNCIA: _____ N.º DA CONTA CORRENTE: _____

TITULAR DA CONTA CORRENTE: _____

5. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO: _____

CARGO OU FUNÇÃO: _____

IDENTIDADE N.º: _____

CPF/MF N.º: _____

6. DECLARAÇÃO:

Declaramos para os devidos fins, que nos preços propostos no presente documento estão inclusas todas as despesas, tais como impostos, taxas, transporte, entrega, seguros e encargos sociais e trabalhistas, garantias, deslocamento de pessoal, lucro e demais custos diretos e indiretos, não cabendo quaisquer alegações posteriores de omissão de custos na proposta, bem como pleitos adicionais, sendo o objeto do Edital entregue sem acréscimos de valores.

(Local/Data) _____, _____ de _____ de _____

Identificação e Assinatura Representante da Empresa

OBSERVAÇÕES:

- Deverão ser observados todos os termos do edital, especialmente as contidas



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

53

nos itens 6 “Do preenchimento da proposta”, 8 “Da aceitabilidade da proposta vencedora” e 10 “Do encaminhamento da proposta vencedora” do edital;

- A proposta inicial não poderá identificar a licitante, sob pena de desclassificação, conforme determina o item 7.2.1 do edital.



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, e disposto nos incisos XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16(dezesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).

2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seus ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação

4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº....., cuja função/cargo é(sócio administrador), responsável pela assinatura do Contrato.

5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.

6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).

7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras



normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que o Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mails de contato para cada setor responsável pelo Atos desta Contratação:

Emails:.....

Telefones para contato: ().....

11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º..... (cargo na empresa), para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente ao referido Pregão Eletrônico e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

Anitápolis, de de 2024

Nome do representante Legal e Assinatura



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

ANEXO IV

**DECLARAÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO
LEI 123/2006**

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a.) _____

_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no edital supracitado, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente data e até o último exercício financeiro, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do art. 3.º da Lei Complementar nº. 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme art. 1º do Decreto nº 8.538/2015.

Declara também que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Afirma ainda que quer participar da referida licitação com tratamento diferenciado, conforme previsto na Lei Complementar 123/2006 e que a empresa está excluída das vedações constantes do § 4º do art. 3.º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Anitápolis/SC, de de 2024

Nome do representante Legal e Assinatura



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

**ANEXO V
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Aos xxxx dias do mês de xxxxx do ano de 2024, o Município de Anitápolis, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Gonçalves Junior 260, Centro, Anitápolis - SC, inscrito no CNPJ sob nº 82.892.332/0001-92 neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Solange Back, o Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.438.054/0001-45, representado neste ato pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Linkom Willam Hanck e doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado a empresa xxxxxxxxxxxx, CNPJ: xxxxxxxx, endereço: xxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo Sr. portador da carteira de identidade nº xxx e inscrito (a) no CPF sob o nº xxxxxxxx, resolvem instituir a Ata de Registro de Preços (ARP), nos termos do art. 82 da Lei Federal n. 14.133 de 2021; Decreto Municipal 012/2024 com suas alterações, e as demais normas legais aplicáveis decorrente da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.0xxx/2024, cujo objeto é **registro de preços para aquisição futura, eventual e parcelada de material de limpeza, Utensílios e Higiene e produtos de copa e cozinha, para as diversas secretarias da Prefeitura de Anitápolis e Fundo Municipal de Saúde, conforme as especificações constantes no termo de referência, anexo I deste edital**, a qual constitui-se em **documento vinculativo e obrigacional** às partes, obedecendo as condições descritas no edital correspondente e seus anexos, que integram a presente ata, independente de transcrição, têm justa a contratação do objeto descrito na cláusula primeira deste contrato, mediante as condições e cláusulas seguintes:

1. O fornecedor, os preços, as quantidades e as especificações dos serviços registrados nesta Ata de Registro de Preços encontram-se indicados na tabela abaixo:

EMPRESA: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
TEL: xxxxxxxx
ENDEREÇO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
EMAIL:

LISTAS DOS LOTES

2. Os quantitativos estimados de serviços, os quais serão executados de forma parcelada e de acordo com a necessidade e conveniência da Secretaria solicitante, mediante a expedição de Nota de Empenho ou autorização de fornecimento.

3. O prazo de entrega dos objetos solicitados será de forma imediata, após o recebimento da nota de empenho e/ou autorização de fornecimento.



4. A entrega do objeto deste edital será realizada de forma parcelada, na sede da secretaria solicitante, conforme as necessidades da secretaria correspondente.

5. A empresa ficará obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência dessa Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de entrega previsto ocorra após seu vencimento.

6. Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser realizado novamente pela detentora da Ata de Registro de Preços imediatamente após a notificação da não aceitação, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas.

7. A avaliação da qualidade dos serviços efetuada por parte da REQUISITANTE, não exclui a responsabilidade da empresa fornecedora pela qualidade dos serviços executados dentro dos limites estabelecidos por Lei, ou especificados em cláusula própria constante da Ata de Registro de Preços.

8. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento dos produtos, atestado pelas unidades contratantes e mediante apresentação das notas fiscais ou notas fiscais /faturas à contratante, sendo condicionado ao pagamento o seguinte:

a) Os pagamentos serão feitos através de depósito bancário na conta corrente da FORNECEDORA, que deverá indicar a instituição bancária, agência, localidade, conta corrente, para que seja feito o crédito correspondente. Estas informações devem constar da nota fiscal ou nota fiscal fatura.

b) Nos pagamentos efetuados pela Administração, poderão ser efetuadas retenções relativas a tributos de competência municipal ou os que o mesmo está como responsável pela legislação vigente.

c) Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplemento.

d) Por atrasos nos pagamentos, a contratada terá direito a atualização monetária dos valores devidos, que serão calculados desde o dia do vencimento, tendo como indicador o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

9. A existência dos preços registrados não obriga o Município de Anitápolis - SC a adquirir os objetos registrados, sendo facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurando ao detentor do registro o direito de preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10. A equipe de apoio ou Pregoeiro poderá, a qualquer tempo, rever os preços registrados, reduzindo-os em conformidade com pesquisa de mercado, para equalizar os valores de mercado com as alterações posteriores, ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

11. A ata de Registro de preço resultante deste processo de contratação terá vigência de 12 (doze) meses. Podendo ser prorrogado por igual período, desde que ainda mais vantajoso o preço. De acordo com art. 117, §1º, do decreto 012/2024 Municipal.



12. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a assinatura da Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

a) advertência;

b) multa de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;

c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme art. 156 da Lei 14.133/2021.

§1º As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 12 da ata poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.

§2º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções.

§3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§4º A aplicação das sanções previstas no item “f” da ata em referência, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

§5º A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

e) A contratada se obriga a cumprir as exigências de reserva de cargos em lei e em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.

f) A CONTRATADA se compromete, durante toda a execução do contrato, manter todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

13. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, no todo ou em parte, de pleno direito:



13.1 Pelo Município de Anitápolis - SC, em despacho fundamentado pelo Sra. Prefeita Municipal:

13.1.1 Quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de preços.

13.1.2 Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preços.

13.1.3 Quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, obedecidas as normas estabelecidas no art. 12 do Decreto Municipal de 2024 com suas alterações.

13.1.4 Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas.

13.2 Pela detentora da Ata de Registro de Preços quando:

13.2.1 Mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências preestabelecidas na presente Ata de Registro de Preços.

13.2.2 Esta solicitação deverá ser formulada com antecedência de no mínimo 30 (trinta) dias, facultado ao Município de Anitápolis, a aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos.

13.2.3 A comunicação dos cancelamentos previstos da Ata de Registro de preços deverá ser efetuada através de correspondência, com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo a que tiver dado origem ao Registro de Preços.

14. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência do registro, admitida revisão quando houver desequilíbrio de equação econômico-financeiro inicial a Ata de Registro de Preços;

15. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art.124 da Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal 012/2024 com suas alterações.

15.1 O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

15.2 A Administração poderá convocar o fornecedor, após a assinatura da Ata de Registro de Preços, para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado, hipótese em que o órgão gerenciador deverá:



I - convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

II - frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

III - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação, respeitada a classificação original.

IV - fracassada a negociação, a Administração realizará nova licitação pública para aquisição do respectivo objeto, podendo ainda optar pela realização de novo registro de preços.

15.3 Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que desequilibrem a relação econômico-financeira do preço registrado, e a fim de restabelecer as condições efetivas da proposta inicialmente registrada, o preço poderá ser revisto.

I – a comprovação será feita por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de desoneração do compromisso;

II - reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro, a Administração formalmente revisará o preço a fim de readequar as condições efetivas da proposta inicialmente registrada;

15.4 A Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação original, para que se manifestem sobre a manutenção do preço ofertado na licitação, hipótese em que o registro será confirmado àquele que ofertar a proposta mais vantajosa.

15.5 As alterações da Ata de Registro de Preços serão formalizadas através de Termo Aditivo.

16. Do controle da Fiscalização e Execução

Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pelo fornecimento, objeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução, solicitando à COMPROMISSÁRIA, sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a COMPROMISSÁRIA de total responsabilidade de executar o fornecimento estabelecido neste Termo.

16.1. Ficam indicados como fiscais desta Ata de Registro de Preços os servidores designados pelo decreto xxxxxx de xxx de xxxx de 2024, nomeando



fiscais correspondente a cada secretaria que recebe os produtos.

Para entidades:

Município de Anitápolis:

Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis:

17. A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, detentora do registro de preços, assume o compromisso de fornecer o objeto, na forma e quantidade máximas especificadas no Edital, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

18.Fica eleito o foro da Comarca de Santo Amaro da Imperatriz - SC, para dirimir quaisquer conflitos que possam ocorrer no presente compromisso, por mais privilegiado que possa outro existir.

19.E por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, forma e data.

Anitápolis, xx de XXXXX de 2024.

MUNICÍPIO DE ANITÁPOLIS
Contratante

XXXXXX
Contratado

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

ANEXO VI

**TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA
NACIONAL DE COMPRAS DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO MUNICIPAL Nº 009/2024
PREGÃO (ELETRÔNICO) Nº 009/2024**

SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSANACIONAL DE COMPRAS "BNC" E DE INTERMEDIÇÃO DE OPERAÇÕES

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)	
Nome:(Razão Social)	
CNPJ:	() ME/EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de Nascimento:
Responsável Financeiro:	Telefone:
E-mail financeiro:	
E-mail (_____) no qual gostaria de receber informativo de editais. Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais	

***o e-mail obrigatoriamente, deverá do representante legal da empresa**

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras "BNC", do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- i. Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais



e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras "BNC", dos quais declara ter pleno conhecimento;

iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema; e

3.O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo V do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.

4.O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo V do regulamento.

5.A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento.

Local e data: _____/_____/20____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024

ANEXO VII

FORMA DE PAGAMENTO DA TAXA DE ADESÃO PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA

PARA FORNECEDORES: A BNC – Bolsa Nacional de Compras exerce o direito do determinado no Art. 5º da Lei 10.520/2002. Que diz “para se ressarcir dos custos de utilização de recursos da tecnologia da informação” e para o fornecimento do sistema operacional “robusto”, a ferramenta disponibiliza hospedagem de dados e serviços, utilizando-se da mais moderna tecnologia de computação em nuvem, bem como o armazenamento de arquivos e dados. Promovendo atualizações constantes por meio de desenvolvimento de novos recursos. Fornecendo uma ferramenta ágil e completa de pesquisa de editais e dados, suporte web personalizado ao usuário fornecedor, com orientações nas dúvidas sobre o sistema e sobre o edital.

Por estes serviços prestados serão cobradas “taxas” a critério e escolha de cada participante.

O treinamento da ferramenta poderá ser solicitado previamente com dia e hora marcada.

Pelos produtos e resumo dos serviços relacionados a BNC apresenta a seguintes planos de pagamento:

PLANO DE ADESÃO 1	R\$ 98,10 (por participação, so sera cobrado se hover participação).
PLANO DE ADESÃO 2	R\$ 135,00 (Acesso a plataforma durante 30 dias e participação em quantos pregões quiser, sem custo adicional).

A BNC poderá alterar ou reajustar os valores sem qualquer aviso prévio. Assim como apresentar uma nova tabela de cobrança.

Plano: 1 – Por Participação: R\$ 98,10 e o boleto é emitido após a disputa, independente do resultado (O plano só será cobrado se houver participação).

Plano: 2 – Mensal: R\$ 135,00 e o boleto é emitido pelo sistema na hora. Acesso a plataforma durante 30 dias e participação em quantos pregões quiser, sem custo adicional. **O não pagamento estará sujeito a multa de 2% e juros moratórios de 1% aomês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da Bolsa Nacional de compra e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.**

A cobrança do plano de adesão, será emitido após a disputa via “boleto bancário”. A liberação do sistema mediante a transferência bancária, se dará através do envio do comprovante para o e-mail financeiro@bnc.org.br. A liberação irá ocorrer em até 24 horas.



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail:prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

66

Para que a liberação ocorra também será necessário a documentação estar anexada ao sistema, com reconhecimento de firma e procurações (se for o caso). E o envio dos originais no prazo de 10 dias a contar da data da assinatura.

Nenhum documento vencido ou com autenticação com data superior a 6 (seis) meses será aceita.

Local e data: _____ / _____ de _____ 20_____.

Representante Legal: (Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório por verdadeiro)



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

ANEXO VIII

**SOLICITAÇÃO DE CADASTRO AO SISTEMA DE PREGÃO (ELETRÔNICO)
DA BOLSA NACIONAL DE COMPRAS “BNC” E DE INTERMEDIÇÃO DE
OPERAÇÕES**

Natureza do Licitante (Pessoa física ou jurídica)

Nome:(Razão Social)	
CNPJ:	() ME/ EPP
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	Inscrição estadual:
Telefone comercial:	
Representante legal:	E-mail*:
RG:	Emissor:
CPF:	
Celular:	Data de nasc:
Responsável Financeiro:	Telefone:
e-mail financeiro:	

***e-mail () no qual gostaria de receber informativo de editais.**

Para tanto será necessário efetuar o cadastro, afim de receber os editais o e-mail obrigatoriamente, deverá ser do representante legal da empresa.

1. Por meio da presente solicitação, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa Nacional de Compras “BNC”, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem. São responsabilidades do Licitante:

- Tomar conhecimento e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa Nacional de Compras “BNC”, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, e se responsabilizar por todos os dados do cadastro realizado no sistema;

2. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa Nacional de Compras.



ESTADO DE SANTA CATARINA 68

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

3. O Licitante autoriza a Bolsa Nacional de Compras a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do regulamento.

4. A presente solicitação de adesão é válida conforme escolha do licitante, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou de correntes de negócios em andamento.

_____, ____ de _____ de 2024.

Identificação e assinatura do responsável



**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominada Licitante declara, para fins do disposto no Edital de Pregão Eletrônico nº, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº. foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº , por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico....., por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico..... não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico..... não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Facto antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____ em _____ de _____ de 2024.

(Representante legal do licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)



ESTADO DE SANTA CATARINA 70

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANITÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO

CNPJ 82.892.332/0001-92

Rua Gonçalves Júnior, 260 - Centro - 88475-000 - ANITÁPOLIS - SC

Fone: (0xx) 48 3256-0131 - Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024**

ANEXO X

MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

Empresa:

Telefone:

E-mail:

Indicamos o (a) Sr.(a) _____,
portador da cédula de identidade nº _____, Órgão
expedidor _____, CPF n.º _____
como nosso representante legal na Licitação em referência, podendo rubricar ou
assinar documentos (habilitação e proposta), manifestar, dar lances, prestar todos
os esclarecimentos de nossa proposta, interpor recursos, desistir de prazos e
recursos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento do presente
Credenciamento.

_____ de _____ de 2024.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica)
(Assinatura e carimbo do CNPJ)

- * deverá ser apresentado fora do envelope de habilitação.
- * anexar cópia do RG e CPF do Credenciado e do Contrato Social.